SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL

CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Claro

Embratel

Negociações Coletivas 2015/2016

Grupo Claro ultrapassa a Vivo/GVT

Em maldade, crueldade tirania...

Mais dois dias de negociação e a proposta conseguiu ser pior que a feita pela Vivo/GVT

Após dois dias de intensos debates entre os integrantes da Comissão de Negociações dos/as trabalhadores/as (Fenattel) e os representantes da Claro, não foi possível construir um entendimento e formular uma proposta de acordo digna de ser discutida em assembleia dos trabalhadores.

Por isso, foi rejeitada, ali mesmo.

Na primeira reunião, realizada no início de novembro, terminou com uma proposta pífia de reajuste salarial de 6% na data base (set/15) e de 6% sobre o valor do auxílio-creche e do auxílio-educação especial em jan/16. E para o auxílio-alimentação (Vale-alimentação), a empresa quer congelar os valores praticados, oferecendo um abono de R$500.

Nessa segunda reunião, o Grupo Claro adotou o estilo CONTA-GOTAS e ofereceu mais 0,5% de reajuste na data base, somando 6,5%. E, na maior cara de pau, parcelou a reposição da inflação, com uma segunda parcela de 1,4% em jan/16. Pra variar, ofereceu um abono correspondente a 18% do salário base.

Já para os valores do auxílio-creche e do auxílio -educação especial da Embratel haveria correção em 6,5% e passariam a valer também para a Claro, retroativo a de set/15.

O Vale-alimentação, contudo, permaneceria sem qualquer alteração, como se os preços de alimentos não subissem de preço todo dia. Em troca o Grupo Claro oferece um abono indenizatório de até R$ 740,00.

ESSA PROPOSTA É PIOR QUE A DA VIVO.

O Grupo Claro quer impor um único Acordo Coletivo para a Claro e a Embratel. Mas só quer tirar e não dar nada. O que é maior em um, reduz para ficar igual e vice versa. Ou seja, é de uma maldade, de um desrespeito absurdo para com os/as empregados/as.

A empresa quer fazer os /as trabalhadores/as pagarem a conta pela fusão das operadoras.

Os trabalhadores/as não foram chamados a opinarem quando os donos fizeram a negociação. Agora querem que os/as empregados assumam os prejuízos. Isso é tirano!

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Operadoras se unem contra os/as trabalhadores

Ficou EVIDENTE que o Grupo Claro recuou em sua proposta, apostando que as assembleias da Vivo/GVT aceitassem as migalhas daquela empresa.

Na Vivo/GVT proposta SIMILAR à Claro/Embratel foi recusada em massa e tem indicativo de GREVE naquela empresa para dia 14/12.

O saldo só não foi mais desastroso porque os dirigentes sindicais conseguiram garantir a manutenção de uma série de benefícios e condições que a empresa procurava retirar dos trabalhadores no processo de unificação dos acordos da Claro e da Embratel.

Assim, ficaram assegurados, para aqueles que já tinham direito ao benefício, o adiantamento parcelado de férias e o auxílio-creche para os empregados pais. Além disso, benefícios ou condições que somente existiam em uma das empresas foi estendido para a outra, ainda que com algumas modificações, como a salvaguarda aos aposentáveis, por exemplo.

O Grupo Claro ainda quer pagar horas extras só com os percentuais estabelecidos pela CLT, retirando assim percentuais maiores conquistados pelos/as empregados/as

RETROCESSO GRAVE

Quanto ao banco de horas a nova empresa também quer adotar o modelo menos benéfico aos/às trabalhadores/as

Os representantes sindical manifestaram seu profundo descontentamento com a proposta da empresa **POR DEIXAR DE ATENDER** questões essenciais como a reposição integral das perdas (INPC) e, por zerar mais uma vez o reajuste dos valores do programa de alimentação. Agora esperamos que o Grupo CLARO volte à mesa de negociação urgente. Esperamos que nesses próximos dias a Claro recobre o bom senso, refaça suas contas, reavalie suas premissas e retorne à mesa de negociação. Afinal de contas, esta foi apenas nossa segunda rodada de debates.

Enfrentar as empresas para não perder garantias nos acordos coletivos

As negociações coletivas, desse ano, nas operadoras de telecomunicação tem um viés único: retirar conquistas, nivelar os reajustes bem abaixo da inflação, congelar valores do auxílio-alimentação e discriminar trabalhadores/trabalhadoras. Tudo sob a máxima da fusão e formação de mega empresas do setor.

Grupos empresariais, ávidos pelo lucro e pelo mercado, compram empresas e se fortalecendo para enfrentar os concorrentes. E passam por cima dos/as empregados. Reduzem salários, benefícios, cortam direitos adquiridos com muita luta e organização.

É preciso encarar esse desafio e mostrar para as empresas que os/as trabalhadores/as vão resistir às chantagens, às picaretagens e armadilhas impostas.

A Vivo/GVT será a primeira a ter que, ou rever sua proposta maléfica de Acordo Coletivo, ou enfrentar os sindicatos nos tribunais de todo o país com os dissídios coletivos.

A próxima será o Grupo Claro. Aguardem!

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

08/12/2015 - Instituto Telecom

Nossa Opinião – Tema complexo, prazo apertado

O novo modelo de telecomunicações para o Brasil está em consulta pública desde o dia 23 de novembro. Após a consulta, promovida pelo Ministério das Comunicações, será elaborado um projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional.

Ocorre que o prazo da consulta pública é exíguo demais para tema tão relevante – encerra-se no dia 23 de dezembro, às vésperas do Natal. O Comitê Gestor da Internet no Brasil já está reivindicando uma extensão por 90 dias, posição que é a mesma defendida pelo Instituto Telecom, pois as questões a serem discutidas têm que envolver os mais diversos setores da sociedade, inclusive com audiências públicas.

A consulta se divide em quatro eixos, cada um deles subdividido em diversas interrogações.

No Eixo 1, sobre o Objetivo da Política Pública, o Ministério das Comunicações pergunta: "Considerando a forte demanda social pela expansão dos serviços de banda larga, qual deveria ser o foco da política pública, seja em regime público ou em regime privado?"

Já no Eixo 2, Política de Universalização, a questão é: "Atualmente o serviço de telefonia fixa encontra-se em estagnação, perdendo espaço para os serviços que possibilitam acesso à Internet, prestados em regime privado e sujeitos a decisão das empresas para sua ampliação, seguindo a regra do livre mercado".

O Eixo 3, que trata do Regime Público vs. Regime Privado, parte do seguinte questionamento: "A definição dos serviços como prestados em regime público ou privado continua tendo sentido? É oportuna a manutenção desses dois regimes?"

E o Eixo 4, que fala da Concessão, parte da premissa de que "a proximidade do fim dos contratos de concessão reduz o incentivo ao investimento em modernização de infraestrutura de rede". Todos esses questionamentos são seguidos de um rol de cerca de 30 perguntas, todas elas extremamente profundas e complexas.

O que se percebe na leitura do documento da consulta pública é de que há uma tendência do Minicom de apontar que todos os serviços sejam prestados em regime privado. Mais uma razão pela qual deve ser estendido o prazo.

Como temos afirmado, não há lógica nem amparo legal para que um serviço essencial como a banda larga seja prestado exclusivamente em regime privado. O regime público é essencial para que haja uma verdadeira universalização da banda larga, com qualidade e tarifa condizente com a realidade econômica da maior parte da população.

Uma nova lei para o setor de telecomunicações não pode prescindir de ter a banda larga como seu principal eixo. Essa escolha tem que ser explícita e a sociedade não pode abrir mão de participar. Se a consulta pública se encerrar no dia 23, essa participação estará comprometida.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

07/12/2015 - Telesíntese

Anatel vai decidir sobre TAC da Oi e aguardar palavra final do TCU

A Anatel vai colocar em pauta na sua reunião do conselho diretor do dia 16 de dezembro, a última do ano, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da Oi. A intenção dos dirigentes da agência é aprovar todas as condições e metas do acordo e esperar a palavra final do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a sua legalidade para somente depois assinar o acordo. No final, para os dirigentes da agência, a manifestação do Tribunal vai dar a garantia jurídica necessária para o próprio TAC . O problema é que a decisão vai demorar mais tempo, crucial para a Oi, e os rumores da interferência do TCU provocaram a queda das ações da concessionária nos últimos dias.

A Anatel vai colocar em pauta na sua reunião do conselho diretor do dia 16 de dezembro, a última do ano, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da Oi. A intenção dos dirigentes da agência é aprovar todas as condições do acordo e esperar a palavra final do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a sua legalidade para somente depois assiná-lo. A agência não entende, como noticiou hoje, 07, o jornal Valor Econômico, que o ministro Mauro Dantas tenha suspendido o processo, mas sim, que o tribunal quer analisar o documento antes de sua assinatura.

" No final, é importante que o TCU se manifeste, pois ele dará o respaldo jurídico necessário para firmarmos esses acordos", assinala fonte da agência. Mas se a manifestação do tribunal traz mais segurança jurídica ela vai, por outro lado, retardar ainda mais o processo de decisão, tempo que é vital para a Oi, e por isso suas ações tiveram baixas na semana passada com rumores da decisão do TCU circulando no mercado financeiro.

A Anatel entende que é importante a manifestação do TCU, porque, afinal, embora seja um procedimento previsto e amplamente usado por outras agências reguladoras, inclusive o Cade, é o primeiro movimento do setor de telecomunicações nesse sentido, e passa por forte pressão de diferentes interlocutores.

A área técnica do TCU, que recomendou a suspensão do processo, acaba se pautando no parecer da Procuradoria da Anatel, ao qual o Tele.Síntese teve acesso e publicou aqui os seus principais questionamentos. O ministro Mauro Dantas preferiu não entrar no mérito da questão, até porque o Conselho Diretor da Anatel ainda não se manifestou sobre a proposta.

Entre as críticas dos procuradores, (até sobre se a empresa podia ou não apresentar proposta depois de um determinado período de tempo), a principal delas é que eles não gostam da proposta negociada, proposta essa prevista no próprio regulamento da Anatel, que é a de transferir para as tarifas de telefonia fixa, com a sua consequente redução, os valores da multa que não seriam pagos. (A negociação deste primeiro TAC gira em torno de quase R$ 2 bilhões).

Além de não gostar da proposta (os procuradores preferiam que os recursos fossem investidos em infraestrutura de telecom), argumentam que o acordo aceito pela área técnica da Anatel seria ilegal porque aceitria a a redução da tarifa pelo prazo de 10 anos, e não de apenas 4 anos, que seria o prazo máximo estabelecido para o TAC.

Os técnicos da agência, por sua vez, dizem que 4 anos estão previstos apenas para os investimentos a serem realizados, e não há limite de prazo para os benefícios diretos para o usuário. A diferença nesse tempo é que o desconto na tarifa seria maior ou menor, além de deixar de existir se ele não perdurar por todo o período da concessão. Para a Oi, é que, escaldada, se o desconto na tarifa for apenas de quatro anos, teoricamente a recomposição tarifária dos próximos seis anos seria de difícil explicação para a população.

Mas o conselho diretor pode decidir diferente ao que foi acordado entre os técnicos e a empresa. Pode aceitar a redução tarifária por apenas quatro anos, por exemplo. E pode ainda não decidir nada este ano, e algum conselheiro pedir vistas do processo, jogando tudo para 2016.

Vale lembrar que o TAC é um acordo entre as partes. Se a Oi não concordar com os termos impostos pelos agentes do governo, simplesmente não assina o contrato e a vida continua, com as ações na justiça, as multas não pagas e o benefício para os usuários ou os investimentos e infraestrutura deixam de existir.

04/12/2015 - Sinttel-ES

"Pacote de maldades da Vivo" é rejeitado pelos/as trabalhadores/as

Seguindo a decisão de companheiros/as de Minas Gerais, São Paulo, Goiás, o Espírito Santo também recusou a proposta de Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2016, oferecido pela Vivo. Foi uma resposta ao "pacote de maldades" que a Vivo, sob as orientações do atual presidente do Grupo Telefônica/Vivo no Brasil, Amos Genish, tentou enfiar goela abaixo dos/as trabalhadores/as.

Não colou. Dentre as 88 pessoas que participaram da assembleia, 87% dos/as trabalhadores/as disseram um NÃO BEM GRANDE à precarização que a empresa queria impor, sob a necessidade de aproximação gradual das cláusulas dos acordos coletivos. Essa aproximação gradual era nivelar os benefícios, reduzindo as conquistas nos acordos da Vivo e GVT.

A proposta, entre outras perdas, alterava significativamente o modelo do plano de saúde existente, criando um monstrengo chamado de BE FLEX que, uma vez implantado, deixa a empresa à vontade para promover, no tempo que ela quiser, outras alterações sem discussão com os sindicatos. Além disso, não oferecia reposição integral das perdas salariais e previa, a partir da fusão com a GVT, categorias distintas numa mesma empresa.

Agora é esperar o resultado das demais assembleias que ainda estão sendo realizadas em vários estados para ou voltar à mesa de negociação ou enfrentar um processo de dissídio coletivo.

Ao contrário da Vivo, a maioria dos 108 empregados/as na GVT que foram à assembleia decidiu aceitar a proposta, É que aqui no ES, os/as trabalhadores/as na VGT não terão grandes modificações e boa parte deles ainda teriam alguns benefícios melhorados. Apenas 19 votaram contra.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

08/12/2015 - Vermelho

Lula: "Contra o impeachment é preciso ter uma bandeira única"

Em encontro com representantes do movimento social e dirigentes de partidos políticos, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu a luta pela democracia e o respeito ao voto popular que elegeu a presidenta Dilma Roussef. Disse que está à disposição para todos os atos contra o impeachment. A iniciativa de entidades do movimento social e partidos políticos aconteceu no final da manhã desta segunda (7), na sede do Sindicato dos Engenheiros no centro de São Paulo.

Lula, sindicalistas, líderes de partidos e estudantis contra o impeachment Lula, sindicalistas, líderes de partidos e estudantis contra o impeachment A semana se inicia com uma agenda de encontros dos diversos segmentos do movimento social do país para construir um calendário nacional de mobilizações contra o pedido de impeachment da presidenta Dilma.

Durante esta segunda acontecem encontros da Frente Brasil Popular e também da Frente Povo Sem Medo, que se reúnem às 19h, no Sindicato dos Bancários, para discutir um calendário de ações.

A trajetória da presidenta Dilma foi lembrada por Lula durante a fala dele. "Se tem uma mulher que é motivo de orgulho para o povo brasileiro pela sua honestidade, ela se chama Dilma Roussef."

"Mas a Dilma é só a imagem pública o que eles querem mesmo é acabar com essa estória de que o povo pode governar", ressaltou Lula.

De acordo com o ex-presidente, é preciso mobilizar o povo na rua mas também estar atento à agenda do Congresso. "Não pode abrir mão de fiscalizar e saber construir a maioria no Congresso que a gente precisa", defendeu Lula.

Para ele o Congresso tem responsabilidades no alcance da crise no Brasil. "Se tivessem sido votados projetos importantes, que foram enviados para a Câmara em janeiro deste ano, o Brasil poderia estar em outra situação", disse.

Na opinião de Lula a oposição quer voltar ao tempo em que governava para 1/3 da população. "Eles ainda não desmontaram o palanque e o carro de som. A única razão para o impeachment contra a Dilma é que eles querem desmontar um projeto que tira do anonimato as pessoas que ajudam a construir a riqueza desse país", argumentou o ex-presidente.

"Quem pode recuperar o país agora não é Cunha e não é Aécio. Eles admitem, publicamente, que acham que tem de ter desemprego para combater a inflação. Nós, hoje, estamos em um momento difícil, mas em dezembro de 2014 tínhamos desemprego de 4,3%, o menor da história, graças ao esforço da Dilma", lembrou Lula.

Segundo Lula o momento é difícil mas "fizemos em 12 anos o que eles não fizeram no século 20 inteiro. Foi preciso chegar e mostrar que a gente podia fazer diferente". Ele mencionou conquistas importantes para os trabalhadores como o aumento dos salários acima da inflação, o subsídio à casa própria e as políticas de transferência de renda.

"De 2008 a 2014 o mundo perdeu 64 milhões de empregos enquanto, no mesmo período, o Brasil criou 11 milhões de empregos com carteira assinada. É preciso reconstruir o direito de brigar outra vez", destacou Lula. Lula destacou o valor "incomensurável" da democracia e lembrou que tudo o que foi conquistado no Brasil foi "muito duro". "É preciso ter a mesma coragem daqueles que foram mortos para defender a democracia", convocou. Segundo ele, "só a democracia dá as condições para eleger um torneiro mecânico presidente do Brasil, um índio presidente da Bolívia e leva à Presidência da África do Sul um homem que ficou 27 anos preso. Aprendemos a exercitar a democracia, é preciso ter paciência e chamar o movimento social", reiterou Lula.

Participaram da reunião PCdoB, PT, PDT, PCO e PSD e também as centrais sindicais CTB, CUT, Nova Central, UGT, alguns representantes da Força Sindical além do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), Fórum Nacional de Movimentos Sociais do PCdoB, União Nacional dos Estudantes, União dos Negros pela Igualdade, União Brasileira de Mulheres e Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo (FACESP).

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

07/12/2015 - Rede Brasil Atual

Orçamento: comissão aprova relatório da área social sem corte no Bolsa Família

Outros 14 pareceres setoriais da proposta orçamentária de 2016 podem ser votados amanhã (8)

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou hoje (7), o relatório setorial com as dotações previstas no próximo ano para os programas mais relevantes do governo na área social. O texto, relatado pelo deputado João Fernando Coutinho (PSB-PE), preservou o valor destinado ao programa Bolsa Família em 2016.

Coutinho fez apenas um ajuste, a pedido do próprio Executivo, que reduziu em R$ 100 milhões o montante reservado para o programa, que saiu de R$ 28,2 bilhões, valor contido no texto orçamentário enviado em agosto, para R$ 28,1 bilhões, aprovado hoje.

O Bolsa Família tem sido motivo de polêmica neste ano, na comissão, desde que o relator-geral da proposta orçamentária de 2016 (PLN 7/15), deputado Ricardo Barros (PP-PR), anunciou o desejo de rever os dados do programa social para identificar problemas, como fraudes, e cortar R$ 10 bilhões da despesa fixada para o próximo ano.

Coutinho disse que sua decisão de manter os valores sugeridos pelo Planalto busca preservar o poder de compra da população no momento em que o País vive uma crise econômica. "É uma ação fundamental para o combate à fome, problema que vem acontecendo especialmente com o agravamento dessa crise [econômica] e da crise hídrica, que ocorre não só no Nordeste, mas também no Sudeste", declarou.

A decisão de Coutinho não é, porém, definitiva. Barros poderá cortar o programa quando estiver elaborando o parecer final da proposta orçamentária, que também deve ser votado na Comissão de Orçamento. O relator terá de fechar um texto com a meta de superavit primário do próximo ano, que é de R$ 34,4 bilhões para o governo federal. Segundo Barros, isso somente poderá ser feito com cortes nas despesas. "Isso é inevitável", afirmou.

Salário e defeso

O corte no Bolsa Família não é a única decisão que o relator-geral terá de tomar na área social, com mais pressão sobre os gastos de 2016. Uma mudança pedida pelo governo o obrigará a colocar mais R$ 1,3 bilhão para o seguro-desemprego pago ao pescador artesanal (o chamado seguro defeso). A proposta orçamentária chegou ao Congresso com R$ 264 milhões para essa ação, quantia bastante inferior ao que será gasto neste ano, conforme previsões do próprio Executivo (R$ 3,2 bilhões).

No final de novembro, o Ministério do Planejamento enviou um ofício à Comissão de Orçamento solicitando o aumento dessa dotação em R$ 1,3 bilhão, que, assim, subiria para pouco mais de R$ 1,5 bilhão. O deputado João Fernando Coutinho encaminhou a questão para Barros resolver.

Salário mínimo

O relator-geral terá também de alocar mais R$ 1,8 bilhão para garantir o pagamento do salário mínimo de 2016. Coutinho estima que o valor ficará em R$ 871 – a proposta orçamentária foi elaborada com a previsão de R$ 865,50. O aumento deve-se à nova previsão do índice inflacionário usado para reajustar o mínimo (INPC) neste ano.

O INPC, inicialmente projetado para encerrar 2015 em 9,67%, agora é estimado em 10,37%. O aumento de 0,7 ponto percentual acrescenta R$ 1,8 bilhão aos gastos públicos. O salário mínimo impacta despesas com abono salarial e seguro desemprego, benefícios previdenciários e benefícios assistenciais.

Outros relatórios

Nesta segunda, a CMO também aprovou o relatório da área de Indústria, Comércio e Micro Pequenas Empresas, a cargo do senador Hélio José (PSD-DF). Os 14 relatórios restantes deverão votados pelo colegiado nesta terça-feira (8), a partir das 9h, no plenário 2.
A presidente da comissão, senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), voltou a afirmar que pretende votar entre esta semana e o início da próxima o parecer final da proposta orçamentária.